

RACISMO E CAPACITISMO NA EDUCAÇÃO DE ESTUDANTES NEGROS AUTISTAS: UMA ABORDAGEM INTERSECCIONAL.

Estefanny Camilly Mariano de Araújo¹
Eduarda Micaely da Silva Melo²
Fernanda Barros Magalhães³
Louise Flor Chaves dos Santos⁴
Maria Luiza Santos de Oliveira⁵

INTRODUÇÃO

O racismo e o capacitismo configuram-se como barreiras estruturais que impactam diretamente o percurso educacional de estudantes negros autistas, comprometendo o acesso equitativo à educação e à permanência escolar. A escola, entendida como um espaço formativo e socializador, pode tanto promover inclusão quanto reproduzir estigmas, quando as diferenças são tratadas a partir de perspectivas normativas.

A presente pesquisa parte do reconhecimento de que a educação brasileira ainda opera sob a lógica da branquitude e da neurotipicidade, o que invisibiliza corpos negros neurodivergentes e limita suas possibilidades de aprendizagem e pertencimento. Essa exclusão simbólica e prática reforça desigualdades históricas e contribui para o diagnóstico tardio, o descrédito docente e a baixa expectativa acadêmica desses estudantes.

O estudo busca analisar de que forma o racismo e o capacitismo interagem na educação de estudantes negros autistas, comprometendo o diagnóstico, a inclusão e o reconhecimento desses sujeitos no ambiente escolar. Além disso, pretende-se identificar lacunas nas práticas pedagógicas e nas políticas públicas voltadas à educação inclusiva, propondo um olhar interseccional e crítico sobre o tema. A justificativa desta pesquisa repousa na necessidade de repensar a inclusão educacional não apenas sob o viés técnico, mas a partir de uma ética do reconhecimento que integre corpo, raça e neurodiversidade como dimensões indissociáveis da experiência humana.

1

¹Graduanda no curso de Psicologia na Universidade Federal de Pernambuco -UFPE estefanny.araujo@ufpe.br

²Graduanda no curso de Psicologia na Universidade Federal de Pernambuco - UFPE eduarda.micaely@ufpe.br

³Graduanda no curso de Psicologia na Universidade Federal de Pernambuco -UFPE fernandabm_@hotmail.com

⁴Graduanda no curso de Psicologia na Universidade Federal de Pernambuco - UFPE louise.flor@ufpe.br

⁵Graduanda no curso de Licenciatura em Educação física na Universidade Federal de Pernambuco - UFPE maria.mlso@ufpe.br



METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

Trata-se de uma pesquisa documental e bibliográfica, de caráter qualitativo, fundamentada na análise de textos científicos, livros, teses, anais de congressos e entrevistas disponíveis em bases como Google Acadêmico, SciELO e Periódicos CAPES, produzidos entre 2018 e 2024. Foram utilizados como descritores os termos: “autismo”, “negro”, “racismo”, “capacitismo”, “educação” e “interseccionalidade”. A seleção dos materiais priorizou estudos que abordassem o Transtorno do Espectro Autista (TEA) em articulação com marcadores sociais de raça e deficiência.

A análise foi realizada segundo os princípios da análise de conteúdo temática (BARDIN, 2011), o que permitiu a organização dos dados em três categorias centrais:

1. Racismo e invisibilidade diagnóstica;
2. Capacitismo e normatividade escolar;
3. Interseccionalidade e epistemologias de resistência.

Por se tratar de pesquisa de base documental, não houve coleta direta de dados com seres humanos, dispensando, portanto, submissão ao Comitê de Ética, conforme a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico desta pesquisa fundamenta-se em uma perspectiva interseccional que compreende as opressões sociais como sistemas entrelaçados de poder. Conforme propõe Carla Akotirene (2019), a interseccionalidade deve ser compreendida como instrumento de análise e prática política que reconhece a inseparabilidade entre racismo, capacitismo, gênero e classe social. Essa abordagem rompe com visões fragmentadas da desigualdade e permite entender como múltiplos marcadores identitários se articulam nas trajetórias de sujeitos historicamente marginalizados.

Em *Tornar-se negro*, Neusa Santos Souza (1983) analisa como o racismo internalizado afeta a construção subjetiva da pessoa negra, negando-lhe o reconhecimento social e psicológico. Essa deslegitimação é ampliada quando associada à neurodivergência, pois o sujeito negro autista é duplamente invisibilizado: por sua raça e por sua condição neuroatípica.



Já Stuart Hall (2016) discute as representações sociais da branquitude e da racionalidade como dispositivos de poder que definem o que é considerado humano e civilizado. Essa estrutura simbólica atravessa a escola, o currículo e as práticas docentes, legitimando saberes eurocêntricos e desvalorizando outras formas de conhecimento e aprendizagem. De maneira complementar, Diniz (2007) define o capacitismo como a lógica social que naturaliza a exclusão de pessoas com deficiência, privilegiando corpos e mentes dentro de um padrão de normalidade.

A articulação entre racismo e capacitismo é explorada por Garcia e Lucas (2019), que os compreendem como faces de uma mesma matriz colonial de exclusão. Essa matriz produz desigualdades no acesso à educação, no reconhecimento das diferenças e na produção do saber científico. Estudos como os de Ferro et al. (2024) reforçam que o racismo estrutural compromete o diagnóstico precoce do Transtorno do Espectro Autista (TEA) em crianças negras, afetando diretamente seu desenvolvimento social e cognitivo.

Por fim, o relato de Luciana Viegas (2020), mulher negra autista e mãe de um menino negro e autista não oralizado, traduz na vivência cotidiana o entrelaçamento dessas opressões. Sua narrativa revela o racismo institucional e o capacitismo sistêmico que perpassam tanto o campo da saúde quanto o da educação, e aponta para a urgência de políticas públicas que considerem a pluralidade de experiências da neurodiversidade negra.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os achados da pesquisa revelam que o racismo e o capacitismo interagem de maneira complexa e produzem múltiplas formas de exclusão simbólica e prática na educação.

4.1 Racismo e invisibilidade diagnóstica

Crianças negras autistas têm menor acesso a diagnósticos precoces e maior probabilidade de erro diagnóstico, conforme apontam Ferro et al. (2024) e Garcia e Lucas (2019). Esse atraso compromete intervenções pedagógicas e terapêuticas adequadas. O imaginário social, ainda pautado em estereótipos raciais, associa a negritude à agressividade e à indisciplina, desviando o olhar docente e clínico do reconhecimento das necessidades neurodivergentes. Essa leitura confirma o que Neusa Santos Souza (1983) definiu como “mortes simbólicas”, nas quais o negro é privado de legitimidade social.



4.2 Capacitismo e normatividade escolar

O capacitismo permanece como uma lógica estruturante da escola, definindo padrões de aprendizagem e comportamento baseados na normalidade neurotípica e branca. Como destacam Lemos, Salomão e Agripino-Ramos (2014), a ausência de mediações pedagógicas sensíveis à diversidade faz com que o aluno autista seja percebido como “problema” e não como sujeito de aprendizagem. Quando o estudante é negro e autista, essa percepção é potencializada, gerando baixa expectativa docente, descrédito e exclusão das atividades coletivas.

A análise dos textos mostra que o capacitismo e o racismo produzem efeitos cumulativos: o primeiro marginaliza pela diferença cognitiva; o segundo, pela diferença racial. Ambos operam para restringir o direito de participação e de reconhecimento dos estudantes negros autistas.

4.3 Interseccionalidade e epistemologias de resistência

A interseccionalidade, como ressalta Akotirene (2019), permite compreender as opressões não como fenômenos paralelos, mas como estruturas integradas. As narrativas de Luciana Viegas (2020), mãe e mulher negra autista, ilustram como essas opressões se materializam no cotidiano, evidenciando que o racismo institucional e o capacitismo sistêmico dificultam tanto o diagnóstico quanto o acolhimento escolar.

As análises convergem para a necessidade de uma educação antirracista e anticapacitista, na qual a diferença seja reconhecida como potência e não como desvio. A escola, nesse sentido, deve ser repensada como território de pluralidade e resistência, capaz de acolher e legitimar a neurodiversidade negra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa permitiu concluir que o racismo e o capacitismo são fatores estruturais que limitam o direito à educação de estudantes negros autistas, desde o diagnóstico até as experiências pedagógicas. Constatou-se que o sistema educacional brasileiro ainda carece de políticas interseccionais que integrem a pauta racial e a neurodiversidade.

A adoção da interseccionalidade como princípio teórico-metodológico se mostrou essencial para compreender as múltiplas dimensões da exclusão e apontar caminhos para a



transformação social. Contribuindo, assim, para o debate contemporâneo sobre a urgência de uma educação inclusiva que reconheça raça, corpo e mente como dimensões indissociáveis da experiência humana.

Recomenda-se que futuras pesquisas avancem para abordagens empíricas, por meio de estudos de campo e entrevistas com estudantes e docentes, a fim de aprofundar a compreensão das práticas escolares e propor intervenções concretas. O diálogo entre psicologia, educação e antropologia deve continuar ampliando o debate sobre interseccionalidade, inclusão e direitos humanos, fortalecendo uma epistemologia comprometida com a justiça social e a dignidade da diferença.

Palavras-chave: Racismo, Capacitismo, TEA, Educação.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, C. Interseccionalidade. 1º ed. São Paulo: Sueli Carneiro; Polén, 2019. 152 p.

CANAL AUTISMO. Capacitismo e racismo: um menino preto e autista não oralizado. *Canal Autismo*, 2020. Disponível em: <https://www.canalautismo.com.br/artigos/capacitismo-e-racismo-um-menino-preto-e-autista-nao-oralizado/>. Acesso em: 4 jan. 2025.

CENTER FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION (CDC). *Data & statistics on autism spectrum disorder (ASD)*. Atlanta: CDC, 2021. Disponível em: <https://www.cdc.gov/ncbddd/autism/data.html>. Acesso em: 7 fev. 2025.

FERRO, E. G. .; BEZERRA, F. B. F. .; NASCIMENTO, G. E. S. .; MOURA, M. de J. . O comprometimento do diagnóstico do TEA na infância devido ao racismo estrutural: uma reflexão sob os impactos na psique. *Revista Lumen*, Recife, v. 33, n. 1, p. 131–144, 2024. Disponível em: <https://fafire.emnuvens.com.br/lumen/article/view/743> Acesso em: 7 Jan. 2025.

GARCIA V. R., LUCAS P. J. Capacitismo e racismo: uma abordagem interseccional. In: *Anais do VIII Simpósio internacional Desigualdades, direitos e políticas públicas: Novos ativismos e protagonistas na reiventação da solidariedade social*. Porto Alegre-RS – UNISINOS, 16 A 18 DE NOVEMBRO DE 2022. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/370510764_Capacitismo_e_racismo_uma_abordagem_interseccional_no_diagnostico_tardio_do_autismo Acesso em 4 jan. 2025.

HALL, S. Cultura e Representação. *Chasqui: Revista Latinoamericana de Comunicación*, [s.l.], n. 133, dez. 2016. DOI: 10.16921/chasqui.v0i133.2985. Disponível em: <https://doi.org/10.16921/chasqui.v0i133.2985> Acesso em: 7 fev. 2025.



MANDELL DS; LISTERUD J; LEVY SE, PINTO-MARTIN JA. Race differences in the age at diagnosis among medicaid-eligible children with autism. J Am Acad Child Adolesc Psychiatry. 2002 Dec;41(12):1447-53. Disponível em: [https://www.jaacap.org/article/S0890-8567\(09\)60739-5/fulltext](https://www.jaacap.org/article/S0890-8567(09)60739-5/fulltext) Acesso em: 7 jan. 2025.

LANDER, E. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Edgardo Lander (org). CLACSO, de Buenos Aires, Argentina, 2005. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/enrol/index.php?id=35431> Acesso em: 10 fev. 2025.

LEMOS, E. L. de M. D. Salomão, N. M. R., & Agripino-Ramos, C. S. (2014). Inclusão de crianças autistas: um estudo sobre interações sociais no contexto escolar. Revista Brasileira de Educação Especial, 20(1), 117–130.

MATTOS, C. Na guerra contra o negro! Criar Imagem é criar imaginário e criar imaginário é criar poder. V. 9, N. 1 e 2. p. Agosto. 2023 Disponível em: <https://olharesceliahelena.com.br/olhares/article/download/191/137> Acesso em: 20 dezembro. 2025

Oliveira, N. P. de., Pedroza, R. L. S., & Pulino, L. H. C. Z.. (2023). Escrevivências: possibilidades para uma educação antirracista. Revista Brasileira De Educação, 28, e280101. Disponível: <https://doi.org/10.1590/s1413-24782023280101>

PEREIRA A. K. M., SOUTO, V. T. A cor do autismo e sua relevância na representação simbólica de mulheres. In: 9º Congresso Internacional de design da informação., 7., 2019, Belo Horizonte. Disponível em: <https://pdf.blucher.com.br/designproceedings/9cidi/3.0294.pdf> Acesso em 22. Dezembro. 2025

RIBEIRO, T. D. S. (2021). Descaminhos em busca do diagnóstico do transtorno do espectro autista no sistema de saúde.

ROCHA, V. P.; DA CRUZ, A. V. C.; FERREIRA, C. A. C. de C.; BARBOSA, A. B.; BRANDÃO, L. L.; LIMA, P. L. S.; SILVA, R. O.; VASCONCELOS FILHO, J. C. Diagnóstico tardio de Transtorno do Espectro Autista e seus impactos sociais e clínicos. Brazilian Journal of Health Review, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 6962–6970, 2023. DOI: 10.34119/bjhrv6n2-199. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/58677> Acesso em: 6 jan. 2025.

SANTOS, N. Tornar-se Negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983

